

PERCEPÇÕES DA ENFERMAGEM SOBRE O USO DE MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS

THE ROLE OF NURSES IN THE USE OF PHYTOTHERAPY MEDICINES

Françoise Oliveira dos Santos Almeida

Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos.
E-mail: fra.acs@hotmail.com

Larissa Pereira Costa

Professora orientadora do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana
São Carlos. E-mail: larissapcosta90@gmail.com

RESUMO

As plantas medicinais têm grande influência na saúde das pessoas, porém a atuação do enfermeiro em orientar e auxiliar as pessoas no uso da fitoterapia ainda é insuficiente. O objetivo geral desse estudo foi identificar as percepções da enfermagem sobre o uso de medicamentos fitoterápicos. Como objetivos específicos, o estudo busca verificar quais as dificuldades apresentadas por esses profissionais e descrever quais estratégias podem ser implementadas para favorecer o uso dos fitoterápicos. Trata-se de uma revisão da literatura, qualitativa, descritiva, exploratória, realizada em novembro de 2020 na Biblioteca Virtual em Saúde e SciELO utilizando-se os descritores enfermagem e fitoterapia. Foram incluídos estudos disponíveis na íntegra e gratuitamente, em português, dos últimos 5 anos e que se aproximavam da temática. Foram excluídos as teses, dissertações, editoriais e estudos duplicados, contabilizados apenas uma vez. Ao final foram selecionados 10 estudos. Os dados foram discutidos em duas categorias de análise: Implementação da Fitoterapia na Atenção Primária à Saúde; e Dificuldades e Estratégias apresentadas por enfermeiros na implementação da Fitoterapia. Os profissionais da saúde reconhecem a importância da fitoterapia na atenção básica, porém eles percebem que seu conhecimento não é suficiente para implementá-la adequadamente. Desse modo, os problemas políticos e a falta de treinamento dos profissionais de saúde são as principais dificuldades percebidas. Conclui-se que é importante incorporar esse conhecimento ao currículo de formação desses profissionais, bem como faz-se necessário um olhar atento dos gestores da saúde sobre os profissionais, verificando as dificuldades apresentadas e elaborando estratégias para minimizar essa lacuna, como cursos de capacitação e educação continuada.

Palavras-chave: Enfermagem; Fitoterapia; Atenção Primária à Saúde.

ABSTRACT

Medicinal plants have great influence on people's health, but the nurse's role in guiding and assisting people in the use of herbal medicine is still insufficient. The general objective of this study was to identify nursing perceptions about the use of herbal medicines. The specific objectives of the study seek to verify the difficulties presented by these professionals and to describe which strategies can be implemented to favor the use of herbal medicines. This is a literature review, qualitative, descriptive, exploratory, carried out in November 2020 at the Virtual Health Library and SciELO using the descriptors nursing and phytotherapy. Studies were included, available in full and free of charge, in Portuguese, from the last 5 years and which approached the theme. Duplicated theses, dissertations, editorials, and studies were excluded, counted only once. At the end, 10 studies were selected. The data were discussed in two categories of analysis: Implementation of Phytotherapy in Primary Health Care; and Difficulties and Strategies presented by nurses in the implementation of Phytotherapy. Health professionals recognize the importance of herbal medicine in primary care, but they realize that their knowledge is not sufficient to implement it properly. Thus, the political problems and the lack of training of health professionals are the main perceived difficulties. It is concluded that it is important to incorporate this knowledge into the training curriculum of these professionals, as well as it is necessary to have a close look from health managers on the professionals, checking the difficulties presented and devising strategies to minimize this gap, such as training courses and continuing education.

Keywords: Nursing, Phytotherapy, Primary Health Care.

INTRODUÇÃO

O termo fitoterapia é derivado da palavra grega *phyton*, que significa "vegetal", enquanto terapia é "tratamento" e inclui o uso interno ou externo de vegetais para tratar doenças, sejam elas "in natura" ou em forma de medicamento (ALVES; SILVA, 2003). Desde a antiguidade, o ser humano busca essencialmente recursos que possam melhorar suas condições de vida, aumentando assim suas chances de sobrevivência por meio da melhoria de sua saúde (BRASIL, 2006).

Segundo os dados do Ministério da Saúde (MS) (2006), o Brasil é o país com maior biodiversidade e tem cerca de 55 mil plantas no seu catálogo de registro. O Brasil também representa a marca de 15% a 20% de todo o bioma do mundo, que é o maior bioma genético vegetal do mundo. Apenas 8% dos compostos biologicamente ativos foram pesquisados e as propriedades medicinais de 1.100 plantas foram pesquisadas devido a gama da biodiversidade do país.

Como bem nos assegura o Ministério da Saúde (2005), pode-se dizer que as plantas e tecnologias são utilizadas para certificar cientificamente a popularidade desse conhecimento do senso comum. Nesse contexto, fica claro que através destes conhecimentos o homem

aprendeu a usar os recursos naturais locais em todas as épocas e culturas, e o mais importante, contudo, é constatar que o uso da medicina tradicional e de plantas medicinais em países em desenvolvimento é amplamente visto como a base normativa para a manutenção da saúde. Empregada como primeiro recurso terapêutico, não é exagero afirmar que as plantas medicinais servem para cuidar da saúde das famílias e dos homens.

É preciso considerar também, como um conhecimento milenar, a Medicina Tradicional Chinesa, que se baseia na interação entre o binômio ser humana-natureza para manutenção e prevenção da saúde, visando o equilíbrio da mesma, que correlaciona a um estado de harmonização da mente, corpo e espírito (CINTRA; PEREIRA, 2012).

Segundo Carvalho et al (2008),

a eficácia do tratamento feito por fitoterapia chinesa pode ser analisada no cuidado diário dos pacientes, sustentado na associação de várias plantas, na possibilidade de cada planta aumentar o potencial de outra, diminuindo ou eliminando possíveis reações tóxicas. Portanto, a participação dos profissionais de saúde no conhecimento da fitoterapia chinesa é fundamental, pois as terapias alternativas têm muito a oferecer, contribuindo para a saúde da população, possibilitando que o indivíduo se mantenha em equilíbrio (CARVALHO *et al.*, 2008).

A criação e implementação de uma Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde surgiu diante da identificação da necessidade de se conhecer, apoiar, incorporar e aplicar experiências desenvolvidas na rede pública, principalmente na atenção básica, em ações de prevenção e promoção da saúde, entre as quais se destacavam aquelas no âmbito da medicina tradicional chinesa, como a fitoterapia, por exemplo (BRASIL, 2006; SANTOS; TRINDADE, 2017).

Ainda, na Oitava Assembleia Nacional de Saúde, alguns participantes sugeriram que os métodos tradicionais de reabilitação deveriam ser usados na saúde pública. Para tal, era feito o uso de plantas medicinais, com o conhecimento adquirido a partir de experiências trocadas ou pela observação do seu uso nos animais. Na atualidade, o uso de plantas medicinais e fitoterápicas é uma prática mundialmente semeada e encorajada, inclusive, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (MATTOS *et al.*, 2018).

Segundo Santos e Trindade (2017), a OMS reconheceu o uso de plantas medicinais e da fitoterapia a partir de 1978, com a declaração Alma-Ata. A partir desse marco histórico, a OMS expressou a sua posição acerca da necessidade de “valorizar e difundir mundialmente os conhecimentos sobre a utilização das plantas medicinais e da fitoterapia no âmbito sanitário, uma vez que 80% da população mundial utilizam plantas medicinais”.

Diante disso, pode-se evidenciar que as plantas medicinais têm grande influência na manutenção da saúde das pessoas. Isso se deve em parte ao aumento das pesquisas com fitoterápicos, que comprovam os efeitos terapêuticos de várias plantas comumente utilizadas. Mas principalmente porque a fitoterapia faz parte da cultura populacional e foi transmitida de geração em geração (BASTOS *et al.*, 2010).

Mesmo com o avanço da medicina moderna na maior parte do mundo, é necessário que os profissionais de saúde estejam capacitados sobre a utilização das plantas medicinais e dos medicamentos fitoterápicos para uma maior intervenção na atenção primária à saúde desses indivíduos. Neste contexto, a Enfermagem deve ser capaz de identificar as necessidades de saúde da sua clientela, intervindo através das práticas e saberes em saúde coletiva visando atender às necessidades sociais que visualizam a promoção, prevenção e recuperação da saúde, no âmbito da atenção primária (BASTOS *et al.*, 2010, p. 22).

Nesse caso, atualmente, a atuação do enfermeiro em orientar e auxiliar as pessoas no uso da fitoterapia ainda é insuficiente. Esse fato se deve principalmente à falta de conhecimento científico dos profissionais, seja devido ao sistema acadêmico insuficiente ou a falta de interesse na área (TROVO; SILVA; LEÃO, 2003).

Diante desse panorama, a questão problema que este estudo busca responder é: quais as percepções dos profissionais de enfermagem acerca do uso de medicamentos fitoterápicos? Sendo assim, o objetivo geral desse estudo é identificar as percepções da enfermagem sobre o uso de medicamentos fitoterápicos. Como objetivos específicos, o estudo busca verificar quais as dificuldades apresentadas pela equipe de enfermagem no uso de fitoterápicos e descrever quais estratégias podem ser implementadas para favorecer o uso de fitoterápicos.

Este estudo se justifica em razão da necessidade da identificação de quais são as percepções dos profissionais de enfermagem acerca do uso de medicamentos fitoterápicos. É preciso ratificar a importância da implementação da fitoterapia na prevenção, no tratamento, no alívio ou na cura de doenças, devido a sua eficácia em associação ao seu baixo custo. Trata-se, portanto, de uma opção viável que pode contribuir com o sistema de saúde local e promover a autonomia da atenção à saúde dos usuários do sistema público.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Práticas Integrativas e Complementares em Saúde

No Brasil, segundo Silva *et al.* (2020), a medicina tradicional é denominada de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), e esta tem crescido nas últimas décadas

em muitos países pelo mundo. A VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, foi um marco histórico que tornou o Brasil um vanguardista e defensor dos benefícios das plantas medicinais e fitoterápicos, reconhecidos mundialmente como importantes elementos na prevenção, promoção e restauração da saúde.

Porém, anos depois, somente em 2006, foi consolidada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC). Com esse avanço, as PICS ganharam maior visibilidade no Brasil, garantindo o aumento dos serviços disponíveis para população, e a promoção de uma variedade de atendimentos oferecidos no SUS (SOUSA *et al.*, 2012).

Esse processo de discussão e implementação de ações para a formulação da PNPIC iniciou no ano de 2003, com a formação de grupos de trabalho compostos por membros das Associações Nacionais de Fitoterapia, Homeopatia, Medicina e Acupuntura, a pedido do Ministro da Saúde, coordenado pelo Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde e pela Secretaria-Executiva, com a participação de representantes das secretarias de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos e de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde do MS, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Associações Brasileiras de Fitoterapia, Homeopatia, Acupuntura e Medicina Antroposófica (BRASIL, 2006).

Portanto, somente após a realização de fóruns, reuniões técnicas, workshops e outras ações pelos grupos de trabalho, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS foi aprovada, em 2006, pelo Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2006). Segundo Silva e seus colaboradores (2020), essa construção da PNPIC foi resultado de inúmeras discussões e debates pelos grupos de trabalho:

Na época, a gente pensava cada uma das práticas de forma separada, então a gente se juntava em alguns momentos, mas a gente não tinha uma estratégia de ação coletiva [...]. A partir desses encontros é que a gente começou a demandar ao Ministério da Saúde alguns encontros pra se tentar formular algo que fosse de certa forma a garantia de que o Ministério ajudaria a uma sistematização dessa inserção (SILVA *et al.*, 2020, p.12).

A acupuntura, por exemplo, é uma das práticas inserida na PNPIC. Trata-se de uma prática oriunda da Medicina Tradicional Chinesa, uma tecnologia de intervenção em saúde que aborda o processo saúde/doença no ser humano de uma maneira abrangente, dinâmica, de forma isolada ou integrada. A acupuntura permite a estimulação precisa de locais anatômicos específicos por meio da inserção de agulhas na intenção de promover, manter e/ou restaurar a saúde, bem como prevenir doenças e agravos (BRASIL, 2015).

Já a homeopatia, também incluída na PNPIC, é um sistema médico complexo, holístico, desenvolvido no século XVIII. Desde então, a homeopatia foi amplamente difundida pelo mundo e, agora, está firmemente implantada em vários países da Europa, América e Ásia. No Brasil, Benoit Mure introduziu a homeopatia em 1840, tornando-se uma nova opção de tratamento como uma medicina alternativa e complementar para quase todos os tipos de doenças físicas e mentais (BRASIL, 2015).

A crenoterapia e a medicina antroposófica (MA) são duas práticas que também se incluem na PNPIC. A crenoterapia consiste no uso de águas minerais de forma terapêutica, com caráter complementar a outros tratamentos de saúde (BRASIL, 2015). Já a MA é um modelo complementar, transdisciplinar, que visa o cuidado em saúde de forma integral. Segundo Brasil (2015, p.27), “entre os recursos que acompanham a abordagem médica, destaca-se o uso de medicamentos baseados na homeopatia, fitoterapia e outros”.

Por fim, foco desse estudo, a fitoterapia é uma “terapêutica caracterizada pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas, sem a utilização de substâncias ativas isoladas, ainda que de origem vegetal” (BRASIL, 2015, p.22). Ainda, segundo o manual da PNPIC, o uso de plantas medicinais é uma forma muito antiga de tratamento, relacionada aos primórdios da medicina e no conhecimento de inúmeras gerações. Durante séculos, os produtos vegetais formaram a base de tratamento de várias doenças (BRASIL, 2015).

Ainda assim, desde a aprovação da PNPIC, atualmente ainda existem empecilhos que afetam a implementação da política, como a falta de subsídios e a insuficiência de profissionais da saúde (BRASIL, 2006).

Plantas Mediciniais e Fitoterapia

Durante os séculos de colonização, as plantas medicinais eram utilizadas para o tratamento de patologias, eram patrimônio apenas das culturas indígenas. A população, em sua maioria, fazia uso de medicamentos advindo da importação de outros países. Ademais, havia um desconhecimento sobre o condicionamento adequado das plantas de forma a preservar suas propriedades medicinais, ou seja, seus ativos principais (BRUNING; MOSEGUI; VIANNA, 2012).

Segundo Bruning *et al.* (2012), foi tardio o reconhecimento mundial das plantas medicinais do território brasileiro, sendo que, desde o período Brasil-Colônia, muitas já eram utilizadas aqui no tratamento de várias doenças locais. Além disso, a crença popular de que uma simples planta funcionava para tratar doenças aos poucos foi sendo substituída pelo forte

apelo dos remédios, a partir do discurso da oferta de uma cura com rapidez e em sua totalidade. Como a fitoterapia vem ganhando cada vez mais espaço na comercialização de medicamentos, esse conceito vem sendo modificado.

Segundo a Resolução da Diretoria Colegiada nº 48/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA:

Fitoterápicos são medicamentos preparados exclusivamente com plantas ou partes de plantas medicinais (raízes, cascas, folhas, flores, frutos ou sementes), que possuem propriedades reconhecidas de cura, prevenção, diagnóstico ou tratamento sintomático de doenças, validadas em estudos etnofarmacológicos, documentações tecno científicas ou ensaios clínicos de fase 3 (BRASIL, 2004, p.32).

A fitoterapia vem sendo usada como uma forma de terapia medicamentosa que vem aumentando seus estudos cada vez mais nos últimos anos. Diante disso, esperava-se que o Brasil fosse um país favorecido, devido sua variada flora, compondo aproximadamente um terço da flora mundial (VASCONCELOS *et al.*, 2010).

Existe no país muitos estudos que têm auxiliado consideravelmente o desenvolvimento da química de produtos naturais de plantas, a quimiotaxonomia, a farmacologia de produtos naturais e outras áreas referentes (YUNES *et al.*, 2001).

Alguns aspectos de suma importância que devem estar presentes nas plantas a fim de que elas possam ser empregadas como forma alternativa de tratamento. Dentre esses aspectos, inclui-se a eficácia, a reprodutibilidade e a constância de sua qualidade. Com o propósito de que essa prática seja realizada de forma assegurada, é imprescindível a correta orientação, a fim de assegurar o devido uso, prevenindo intoxicações e a forma precisa e adequada do preparo da planta, devido a seus princípios ativos, para que não perca sua efetividade (VASCONCELOS *et al.*, 2010).

A terapêutica em relação aos fitoterápicos, para tratar de diversas enfermidades, vem sendo utilizada desde os primórdios do tempo até os dias atuais. As plantas medicinais que são usadas em tratamentos de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), que estejam condizentes com as orientações médicas, podem curar ou amenizar essas patologias devido à alta consistência de constituintes químicos que agem no organismo humano. É importante ressaltar a diferença de fitoterapia e fitoterápicos, sendo a fitoterapia o uso de plantas em sua forma natural, sem adição de substâncias industriais (ALENCAR *et al.*, 2020).

Segundo Barata (2008), tem aumentado significativamente o uso de fitoterápicos, sendo de boa aceitação pela maior parte social, devido à crença da inocuidade dos produtos naturais face aos produtos de ordem sintética.

Além disso, torna-se também simples o acesso a estes produtos devido à venda cômoda, online, por exemplo, sendo escusa de prescrição médica e em extensas superfícies comerciais e à ausência de informações sobre os possíveis efeitos divergentes que se refletem numa enganosa sensação de garantia (TELES, 2013).

No Brasil, por meio de iniciativas do Ministério da Saúde (MS), a utilização de plantas medicinais e de fitoterápicos tem sido incentivada. No ano de 2006, foi publicada a Portaria nº 971, que traz como proposta de opção terapêutica no Sistema Único de Saúde (SUS) a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que inclui as plantas medicinais, a fitoterapia, a homeopatia, dentre outras práticas (VIRGÍNIO *et al.*, 2018, p.55).

As plantas medicinais foram destacadas desde os primórdios como a origem ou ponto de partida para o progresso dos medicamentos, pois auxiliaram na descoberta de novas substâncias com ação biológica e elaboração de fitoterápicos, que por sua vez, são fontes econômicas e de vasta disponibilidade para grande parte dos países (ACOSTA-RECALDE *et al.*, 2018).

Sabendo-se que a má informação está corrente na atualidade, deve-se levar em consideração que somente a prática popular não é segura e nem eficaz. De acordo com o exposto, a sociedade vive na atualidade, o fenômeno mundial das notícias falsas, rotuladas de “*fake news*”. Esta se espalha cada vez mais na Internet a uma velocidade alarmante. Muitas pessoas acreditam que o que é divulgado é a realidade, o que pode ter consequências trágicas (FERREIRA *et al.*, 2019).

Portanto, é preciso intervir na intenção de contribuir para um maior esclarecimento acerca do uso e implementação da fitoterapia nos sistemas de saúde, bem como seus benefícios e desafios, sanando possíveis dúvidas e dificuldades tanto dos profissionais de saúde quanto da população em geral.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de literatura, de natureza qualitativa, do tipo descritiva, exploratória, a fim de se identificar as percepções da enfermagem sobre o uso de medicamentos fitoterápicos, bem como suas dificuldades e estratégias utilizadas na

implementação de fitoterápicos.

A busca foi realizada nas bases de dados indexadas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no mês de novembro de 2020, utilizando-se os seguintes descritores: enfermagem AND fitoterapia. Os critérios de inclusão foram: estudos no idioma português, publicados nos últimos 5 anos, com texto completo disponível para leitura gratuita e que se aproximavam da temática discutida por este estudo. Os critérios de exclusão foram: teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, editoriais e estudos duplicados, sendo estes contabilizados apenas uma vez.

Após as buscas nas bases de dados a partir dos descritores eleitos, foram encontrados 402 estudos. Em seguida, foram aplicados os critérios de inclusão que resultaram em 29 estudos. Dentre estes, foram excluídos teses e artigos duplicados, contabilizados apenas uma vez, totalizando 23 estudos. Ao realizar a leitura de títulos e resumos para verificar a aproximação dos temas dos artigos com os objetivos desse estudo, foram excluídos 13 artigos, totalizando a amostra final em 10 artigos incluídos, conforme figura abaixo.

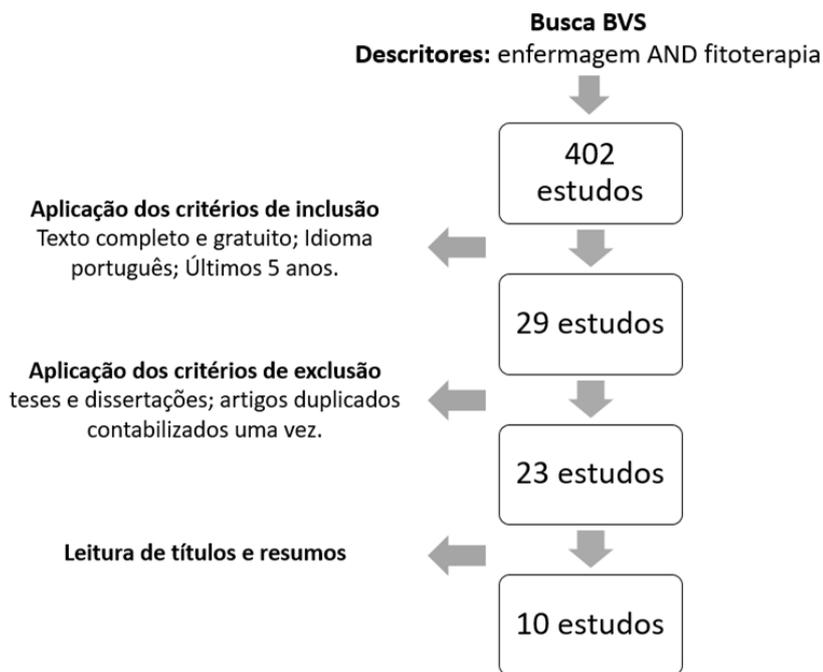


Figura 1 – Fluxograma de percurso de busca

Fonte: O Autor (2020)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Eleitos os 10 estudos, foi elaborado um quadro com as informações principais dos artigos, como título, autores, ano de publicação, objetivos dos estudos. Posteriormente à apresentação dos resultados, eles foram lidos na íntegra.

Nº	Título	Autores	Objetivos
1	Panorama brasileiro dos serviços de plantas medicinais e fitoterápicos	Badke et al., 2019	Verificar os estabelecimentos de saúde credenciados no Sistema Único de Saúde e no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, que utilizam plantas medicinais e fitoterápicos como Práticas Integrativas e Complementares.
2	Benefícios das práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem	Mendes et al., 2019	Caracterizar os benefícios das práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem.
3	Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais	Mattos et al., 2018	Identificar conhecimentos e práticas em relação à prescrição e/ou sugestão de uso de plantas medicinais e fitoterápicos pelos profissionais de saúde, a fim de destacar pontos positivos, dificuldades, necessidades, sinalizando estratégias que contribuam para a implementação desta terapia no município de Blumenau.
4	As Contribuições da Disciplina “Terapias Complementares Com Ênfase em Plantas Medicinais” na Prática Profissional dos Enfermeiros	Lopes et al., 2018	Analisar as contribuições da disciplina optativa “Terapias complementares com ênfase em plantas medicinais” na prática dos enfermeiros egressos da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas.
5	Representações sociais de profissionais da saúde acerca das plantas medicinais	Martins et al., 2017	Conhecer as representações sociais de profissionais da Estratégia Saúde da Família sobre as plantas medicinais.
6	O conhecimento de discentes de enfermagem sobre uso de plantas medicinais como terapia complementar	Badke et al., 2017	Investigar o conhecimento de discentes de enfermagem sobre o uso de plantas medicinais como terapia complementar no cuidado da saúde.
7	Fitoterapia na atenção básica: estudo com profissionais enfermeiros	Oliveira et al., 2017	Investigar a compreensão de enfermeiros sobre a Fitoterapia e averiguar as estratégias necessárias para a consolidação desta prática na Atenção Básica.
8	Inserção do Conteúdo Fitoterapia em Cursos da Área de Saúde	Feitosa et al., 2016	Conhecer a opinião dos acadêmicos de Enfermagem, Medicina e Odontologia sobre a inserção do conteúdo plantas

			medicinais e fitoterápicos nos cursos de graduação.
9	A importância da informação do profissional de enfermagem sobre o cuidado no uso das plantas medicinais: uma revisão de literatura	Nunes; Maciel 2016	Advertir sobre o uso correto de plantas medicinais/fitoterápicos, para que os profissionais de enfermagem adquiram um maior conhecimento técnico/científico para orientar os pacientes adequadamente.
10	Dificuldades enfrentadas por enfermeiros na aplicabilidade da fitoterapia na atenção básica: uma revisão integrativa	Araújo et al., 2015	Analisar artigos disponíveis na literatura sobre as dificuldades encontradas por enfermeiros na aplicabilidade da fitoterapia na Atenção Básica.

Quadro 1 – Informações principais dos artigos incluídos.

Fonte: O Autor (2020)

Após a leitura completa dos artigos, os dados foram discutidos em duas categorias de análise, a saber: Implementação da Fitoterapia na Atenção Primária à Saúde; e Dificuldades e Estratégias apresentadas por enfermeiros na implementação da Fitoterapia.

Implementação da Fitoterapia na Atenção Primária à Saúde

A partir de 1980, ocorreu uma insatisfação no cenário brasileiro acerca do uso dos medicamentos alopáticos devido aos seus efeitos adversos e seu custo elevado. Diante disso, iniciou-se um processo de resgate do uso dos fitoterápicos como aliados dos medicamentos convencionais, visando a ampliação das opções de tratamentos, com produtos eficazes e seguros, com custos mais baixos, através da instituição de políticas públicas e regulamentação. Esse movimento não teve por objetivo substituir o modelo terapêutico convencional, mas incluir a fitoterapia como uma prática complementar, principalmente na Atenção Primária à saúde (FEITOSA *et al.*, 2016).

Em média 80% da população mundial utiliza plantas medicinais em seu cuidado com a saúde, por isso a implementação da Fitoterapia na Atenção Primária à Saúde tem sido amplamente defendida e incentivada pelos órgãos competentes (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Entretanto, a dimensão territorial do Brasil juntamente com a falta de conhecimento ou interesse no assunto é um dos fatores que dificulta a implementação da fitoterapia na Atenção Primária à Saúde, segundo Badke *et al.* (2019). Estes pesquisadores realizaram, no Brasil,

um levantamento das unidades básicas de saúde que usam a fitoterapia como tratamento e constataram através do estudo que:

[...] dos 5.560 municípios, obtendo retorno de 4.052 gestores municipais, sendo que destes, 72% (2.917 municípios) utilizavam PICS na Atenção Básica e 30% tinham lei ou ato institucional certificando o uso das PICS, predominando municípios da região Sul e Sudeste [...] (BADKE *et al.*, 2019, p.4).

Em contrapartida, os dados obtidos nesta pesquisa evidenciaram que 126 dos 5.570 municípios brasileiros oferecem serviços que utilizam a fitoterapia como prática integral e complementar (BADKE *et al.*, 2019).

Mesmo com as dificuldades sistêmicas e territoriais, pesquisa desenvolvida por Mendes *et al.* (2018) afirma que a fitoterapia é a prática mais prevalente dentre as PICS aplicadas pela enfermagem. Sua implementação é muito utilizada na Atenção Básica devido a seu baixo custo e boa aceitação pela comunidade, haja vista que a fitoterapia valoriza o saber popular.

Desse modo, é possível observar nos tempos atuais um aumento da demanda e do interesse e sensibilização dos profissionais de saúde pelas PICS, principalmente dos que atuam na Atenção Básica, tanto na prevenção quanto no tratamento de doenças (MARTINS *et al.*, 2017). Contudo, ainda é possível perceber, também, dificuldades e limitações na sua implementação nos serviços de saúde. Estudo desenvolvido por Mattos *et al.* (2018) concluiu que:

“[...] A maioria (96,2%) dos profissionais acredita no efeito terapêutico das plantas medicinais, mas não prescrevem. No entanto, 98,7% dos entrevistados concordam com a iniciativa de ofertar esta prática integrativa e complementar no SUS após uma capacitação na área [...]” (MATTOS *et al.*, 2018, p.3735).

Na realidade, deve-se destacar que os profissionais têm se conscientizado sobre a importância do processo de implementação da fitoterapia, já que este está diretamente relacionado à realidade local dos usuários dos serviços de saúde (LOPES *et al.*, 2018).

Dificuldades e estratégias apresentadas por enfermeiros na implementação da Fitoterapia

Na enfermagem, o déficit no conhecimento é um dos fatores que fazem com que estes profissionais não estimulem o uso de plantas medicinais e, conseqüentemente, se veem não aptos para sanar as dúvidas dos usuários, embora a categoria esteja respaldada legalmente pela Resolução COFEN nº 240 de 2004 para trabalhar com as PICS (NUNES; MACIEL, 2015).

Lopes *et al.* (2018) afirmam em seu estudo que plantas medicinais e PICS não é um assunto incluído nos programas curriculares das universidades pelo mundo, embora essa temática seja popular entre acadêmicos, profissionais da área da saúde e sociedade em geral. Muitos currículos de cursos de nível superior na área da saúde ainda se encontram embasados no modelo biomédico, o que prejudica a implementação de disciplinas com conteúdo como plantas medicinais e fitoterapia. Deste modo, o processo de trabalho dos profissionais da saúde também perpetua características deste modelo de formação.

Muitos profissionais também evitam a questão do uso das terapias complementares porque muitos usuários negligenciam essas terapias, o que pode levar ao uso não supervisionado e colocar o usuário em risco. Muitos profissionais de enfermagem ainda não entenderam que a participação do enfermeiro neste processo é muito importante, pois visa aliar o saber popular ao saber científico para que o indivíduo e sua família tenham autonomia no cuidado à saúde (LOPES *et al.*, 2018).

O pouco conhecimento sobre as PICS parece ser o fator que mais limita o seu uso nos serviços de saúde e, embora sejam favoráveis para o seu uso, os profissionais da área da saúde relutam em instruir os pacientes porque ainda acreditam que o ensino da faculdade neste campo é falho e que os conhecimentos acerca dessa temática advêm, na maioria das vezes, dos ensinamentos dos familiares (BADKE *et al.*, 2017).

[...] uso de plantas medicinais está relacionado ao conhecimento e a experiência que eles adquiriram junto aos seus familiares, principalmente suas mães e avós. A transmissão do conhecimento sobre as plantas medicinais está sustentada na relação de afeto entre a figura da mulher-mãe e seus filhos, na tentativa de passar o saber às próximas gerações [...] (BADKE *et al.*, 2017, p.461).

Dados da pesquisa desenvolvida por Mattos *et al.* (2018) evidenciam que o número de municípios que ofertavam a fitoterapia na Atenção Primária à Saúde cresceu três vezes de 2004 para 2014. Mesmo diante de um dado que expressa os avanços colhidos pela implantação da PNPIIC, os gestores da APS reclamam da resistência ainda encontrada dentro

das administrações públicas municipais e a baixa aceitação desta prática por parte dos próprios profissionais da saúde.

Os estudiosos acreditam que à medida que houver um aumento do número de cursos de capacitação nas universidades, aumentará também a possibilidade de desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos nacionais e sua disseminação para programas de saúde pública. No entanto, há uma necessidade urgente de maior integração do trabalho entre cientistas, instituições de ensino/saúde e indústrias para atingir este objetivo a partir de um trabalho coletivo e consensual, envolvendo funcionários das equipes de saúde, pessoal de gestão, qualificação da formação profissional e desenvolvimento/satisfação do pessoal de serviço (BADKE *et al.*, 2017).

Outro fator observado como uma dificuldade na implantação da fitoterapia no SUS foi o problema político. Essas dificuldades desmotivam os profissionais e gera um impacto negativo que afeta diretamente o sucesso da implementação das práticas integrativas e complementares. Assim, embora as PICS façam parte da política nacional de saúde e sejam plenamente reconhecidas pelo Conselho de Enfermeiros, ainda são poucas as instituições que oferecem disciplinas que abordem essa temática, evidenciando que a maioria dos profissionais de saúde desconhece as políticas públicas que contemplem as PICS no SUS (ARAÚJO *et al.*, 2015).

Portanto, Araújo *et al.* (2015) apontam que a falta de planejamento na Atenção Primária, a falta de capacitação dos profissionais de saúde e o baixo reconhecimento da gestão e equipe médica são as principais dificuldades enfrentadas na implementação da fitoterapia e outras PICS no âmbito do SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender os profissionais na área de saúde acerca da implantação da fitoterapia nos serviços do SUS, especialmente na atenção básica. Sabe-se que o sucesso nas ações políticas dessa implantação depende dos profissionais de saúde, tendo estes papéis fundamentais nesse processo devido à sua atuação direta nos cenários de atendimento à população.

Logo, para que os profissionais possam conhecer e compreender melhor as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde e possibilitar sua aplicação nos serviços públicos de saúde, é importante incorporar esse conhecimento ao currículo de formação desses

profissionais, tanto em atividades de ensino quanto de pesquisa e extensão, para que os mesmos possam compreender, aceitar e acreditar na integração da fitoterapia no SUS.

Conclui-se que, sabendo que uma das principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde no processo de implementação da fitoterapia em sua prática de trabalho é a falta de conhecimento e, conseqüentemente, a segurança para aplicá-la, bem como a aceitação dessa terapia e o déficit na aplicabilidade das políticas públicas vigentes, os gestores da saúde devem se posicionar atentamente quanto a essas dificuldades apresentadas e elaborar estratégias a fim de minimizar este problema, como a oferta de cursos de capacitação e/ou educação continuada dos profissionais de saúde, haja vista que o uso de fitoterápicos é benéfico tanto para a comunidade quanto para o setor público.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA-RECALDE, P.; LUGO, G.; VERA, Z.; MORINIGO, M.; MAIDANA, G.M.; SAMANIEGO, L. Uso de plantas medicinais e fitoterápicos em pacientes com Diabetes Mellitus tipo 2. *In: Mem. Inst. Investig. Cienc. Salud*, v. 16, n. 2, p. 6-11, 2018. Disponível em: <<http://scielo.iics.una.py/pdf/iics/v16n2/1812-9528-iics-16-02-6.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2020.
- ALENCAR, J.A.S.; HOLANDA, J.K.N.; MEDEIROS, J.P.; SANTOS, B.; SANTINO, T.L.; NOGUEIRA FILHO, J.A.P.; *et al.* Implantação de horto medicinal na atenção primária como instrumento de promoção de saúde: relato de experiência. *In: Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. e123973739, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3739/3277>>. Acesso em: 02 out. 2020.
- ALVES, A.R.; SILVA, M.J.P. O uso da fitoterapia no cuidado de crianças com até cinco anos em área central e periférica da cidade de São Paulo. *In: Rev Esc Enferm USP*, v. 37, n. 4, p. 85-91, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n4/10.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2020.
- ARAÚJO, A.K.L.; ARAUJO FILHO, A.C.A.; IBIAPINA, L.G.; NERY, I.S.; ROCHA, S.S. Dificuldades enfrentadas por enfermeiros na aplicabilidade da fitoterapia na atenção básica: uma revisão integrativa. *In: J. res.: fundam. care. online*, v. 7, n. 3, p. 826-834, 2015. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/4039/pdf_1630>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- BADKE, M.R.; COGO, S.B.; ILHA, A.G.; HEISLER, E.V.; SCHIMITH, M.D.; SACRAMENTO, H.T. Panorama brasileiro dos serviços de plantas medicinais e fitoterápicos. *In: Rev. Enferm. UFSM*, v. 9, n. e64, p. 1-19, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/33655/html>>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- BADKE, M.R.; HEISLER, E.V.; CEOLIN, S.; ANDRADE, A.; BUDÓ, M.L.D.; HECK, R.M. O conhecimento de discentes de enfermagem sobre uso de plantas medicinais como terapia complementar. *In: J. res.: fundam. care. online*, v. 9, n. 2, p. 459-465, 2017. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5442/pdf_1>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BARATA, J. **Terapêuticas alternativas de origem botânica**: efeitos adversos e interações medicamentosas. Lisboa: Lidel, 2008. 132 p.

BASTOS, R.A.A.; LOPES, A.M.C. A fitoterapia na rede básica de saúde: o olhar da enfermagem. *In: Rev. Bras.Saúde*, v. 14, n. 2, p. 21-28, 2010. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/607f/b611e545f26e1396485d2587ce36fa00c916.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 48, de 16 de março de 2004**. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos. Diário Oficial da União. Brasília: ANVISA, 2004. Disponível em: <<https://www.cpqba.unicamp.br/plmed/docs/Resolucao%20RDC%2048%20de%2016032004.PDF>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Medicina Natural e Práticas Complementares**. Resumo executivo. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ResumoExecutivoMedNatPratComp1402052.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**: atitude de ampliação de acesso. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

BRUNING, M.C.R.; MOSEGUI, G.B.G.; VIANNA, C.M.M. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu – Paraná: a visão dos profissionais de saúde. *In: Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 10, p. 2675-2685, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n10/17.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

CARVALHO, A.C.B.; BALBINO, E.E.; MACIEL, A.; PERFEITO, J.P.S. Situação do registro de medicamentos fitoterápicos no Brasil. *In: Revista Brasileira de Farmacologia*, v. 18, n. 2, p. 314-319, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbfar/v18n2/28.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2020.

CINTRA, M.E.R.; PEREIRA, P.P.G. Percepções de corpo identificadas entre pacientes e profissionais de Medicina Tradicional Chinesa do centro de saúde Escola do Butantã. *In: Saúde Soc. São Paulo*, v. 21, n. 1, p. 193-205, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n1/19.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2020.

FEITOSA, M.H.A.; SOARES, L.L.; BORGES, G.A.; ANDRADE, M.M.; COSTA, S.M. Inserção do Conteúdo Fitoterapia em Cursos da Área de Saúde. *In: Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 40, n. 2, p. 197-203, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbem/v40n2/1981-5271-rbem-40-2-0197.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

- FERREIRA, E. T.; DOS SANTOS, E. S.; MONTEIRO, J. S.; GOMES, M. D. S. M.; MENEZES, R. A. O.; DE SOUZA, M. J. C. A utilização de plantas medicinais e fitoterápicos: uma revisão integrativa sobre a atuação do enfermeiro. *In: Brazilian Journal of Health Review*, v. 2, n. 3, p. 1511-1523, 2019. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/1383>>. Acesso em: 20 out. 2020.
- LOPES, A.C.P.; CEOLIN, T.; CEOLIN, S.; LOPE, C.V. As contribuições da disciplina “Terapias Complementares com ênfase em Plantas Medicinais” na prática profissional dos enfermeiros. *In: J. res.: fundam. care. online*, v. 10, n. 3, p. 619-625, 2018. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/viewFile/6127/pdf_1>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- MARTINS, S.R.; PEREIRA, F.W.; ACOSTA, D.F.; AMORIM, C.B. Representações sociais de profissionais da saúde acerca das plantas medicinais. *In: Revista Cubana de Enfermería*, v. 33, n. 2, p. 289-299, 2017. Disponível em: <<http://scielo.sld.cu/pdf/enf/v33n2/enf10217.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- MATTOS, G.; CAMARGO, A.; SOUSA, C.A.; ZENI, A.L.B. Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. *In: Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3735-3744, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v23n11/1413-8123-csc-23-11-3735.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- MENDES, D.S.; MORAES, F.S.; LIMA, G.O.; SILVA, P.R.; CUNHA, T.A.; CROSSETTI, M.G.O.; *et al.* Benefícios das práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem. *In: Journal Health NPEPS*, v. 4, n. 1, p. 302-318, 2019. Disponível em: <<http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/06/999705/3452-12861-7-pb.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- NUNES, J.D.; MACIEL, M.V. A importância da informação do profissional de enfermagem sobre o cuidado no uso das plantas medicinais: uma revisão de literatura. *In: Revista Fitos*, v. 10, n. 4, p. 518-525, 2016. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/19267/2/12.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- OLIVEIRA, A.F.P.; COSTA, I.C.P.; ANDRADE, C.G.; SANTOS, K.F.O.; ANÍZIO, B.K.F.; BRITO, F.M. Fitoterapia na atenção básica: estudo com profissionais enfermeiros. *In: J. res.: fundam. care. online*, v. 9, n. 2, p. 480-487, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5449/pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- SANTOS, V.P.; TRINDADE, L.M.P. A Enfermagem no uso das plantas medicinais e da fitoterapia com ênfase na saúde pública. *In: Revista Científica FacMais*, v. 8, n. 1, p. 16-34, 2017. Disponível em: <<https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2017/04/A-ENFERMAGEM-NO-USO-DAS-PLANTAS-MEDICINAIS-E-DA-FITOTERAPIA-COM-%C3%8ANFASE-NA-SA%C3%9ADE-P%C3%9ABLICA-1.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2020.
- SILVA, G.K.F.; SOUSA, I.M.C.; CABRAL, M.E.G.S.; BEZERRA, A.F.B.; GUIMARÃES, M.B.L. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS. *In: Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 1, p. e300110, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/physis/v30n1/0103-7331-physis-30-01-e300110.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2020.
- SOUSA, I.M.C.; BODSTEIN, R.C.A.; TESSER, C.D.; SANTOS, F.A.S.; HORTALE, V.A. Práticas integrativas e complementares: oferta e produção de atendimentos no SUS e em municípios selecionados. *In: Cad. Saúde Pública*, v. 28, n. 11, p. 2143-2154, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v28n11/14.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2020.

- TELES, D.I.C. **A Fitoterapia como tratamento complementar na Diabetes Mellitus**. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2013. 54p. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4080/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_DT%20FINAL.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.
- TROVO, M.M.; SILVA, M.J.P.; LEÃO, E.R. Terapias alternativas/complementares no ensino público e privado: análise do conhecimento dos acadêmicos de enfermagem. *In: Rev. latinoam. Enferm*, v. 11, n. 4, p. 483-489, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n4/v11n4a11.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2020.
- VASCONCELOS, D.A.; ALCOFORADO, G.G.; LIMA, M.M.O. **Plantas medicinais de uso caseiro: conhecimento popular na região do centro do município de Floriano/PI**. *In: Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação – V CONNEPI*. 2010, Maceió, AL. *Anais...* (online). Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/455/293>>. Acesso em: 13 out. 2020.
- VIRGÍNIO, T.B.; CASTRO, K.S.; LIMA, A.L.A.; ROCHA, J.V.; BONFIM, I.M.; CAMPOS, A.R. Utilização de plantas medicinais por pacientes hipertensos e diabéticos: estudo transversal no nordeste brasileiro. *In: Rev Bras Promoç Saúde*, v. 31, n. 4, p. 1-10, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/8754/pdf>>. Acesso em: 13 out. 2020.
- YUNES, R.A.; PEDROSA, R.C.; CECHINEL FILHO, V. Fármacos e fitoterápicos: a necessidade do desenvolvimento da indústria de fitoterápicos e fitofármacos no Brasil. *In: Quim. Nova*, v. 24, n. 1, p. 147-152, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/qn/v24n1/4464.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2020.

SOBRE OS AUTORES:

AUTOR 1: Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos. E-mail: fra.acs@hotmail.com

AUTOR 2: Professora orientadora. Doutoranda em Enfermagem/EEAN-UFRJ. Mestre em Enfermagem/FEnf-UERJ. Residência em Clínica Médica/HUPE-UERJ. Enfermeira/EEAN-UFRJ. Professora do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos. E-mail: larissapcosta90@gmail.com